

## REGIÃO MISSIONEIRA E O GIRO DECOLONIAL

Marcos Rogério dos Santos Souza (LA SALLE)<sup>1</sup>

Vanessa Fiorini (LA SALLE)<sup>2</sup>

Elizandra Souza dos Reis (LA SALLE)<sup>3</sup>

Gilberto Ferreira da Silva (LA SALLE)<sup>4</sup>

### Introdução

O presente artigo propõe reflexão sobre a ocupação do Continente Americano pelos povos autóctones. Com objetivo de articular o conceito decolonial, a partir do personagem Cacique Sepé Tiaraju e sua importância para a construção do homem missioneiro.

A escrita se fundamenta em uma pesquisa de revisão de literatura com viés qualitativo e descritivo. Justifica-se por trazer o ícone Sepé Tiaraju como sendo articulador no pensamento decolonial no que tange ao Tratado de Madri e suas consequências aos Sete Povos das Missões e as coroas da Espanha e de Portugal. Desta forma, concebe-se a importância deste líder para a formação do povo missioneiro/gaúcho, que advém do enfrentamento junto às coroas ibéricas.

A ocupação do Continente Americano pelos grupos alóctones, a partir do estreito de Bering, nos possibilita refletir sobre a penetração do homem no “território americano” por meio das migrações que se espalharam inicialmente da América do Norte ao extremo sul da América. Deste modo, esses agrupamentos “humanos” que aqui chegaram seriam a base para a construção dos povos primitivos que ocuparam todas as regiões do que se conhece por América (MOURE, 1994). No tocante a outras teorias para a chegada do homem à América, apresenta-se a ocupação pelas ilhas da

---

<sup>1</sup>Mestrando em Educação na Universidade LaSalle–Canoas/RS e Graduado em História. E-mail: marcosouzasa@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Mestranda em Educação na Universidade LaSalle–Canoas/RS. Graduada em Língua Inglesa. E-mail: profe.vanessafiorini@gmail.com

<sup>3</sup>Mestranda em Educação na Universidade LaSalle–Canoas/RS. Graduada em Pedagogia. E-mail: prof.elizandrareis@gmail.com

<sup>4</sup>Doutor em Educação. Docente do PPG em Educação da Universidade Lasalle/Canoas. Pesquisador do CNPQ. Líder do Grupo de Pesquisa Educação Intercultural. E-mail: gilberto.ferreira65@gmail.com

Oceania, uma vez que esses povos teriam navegado até o “continente americano”, bem como a Pangéia que propunha a existência de uma única placa continental, pela qual o homem pré-histórico teria se espalhado e ocupado o Continente Americano.

Neste contexto, busca-se primeiramente fazer uma provocação acerca do pensamento decolonial partindo da ideia de que somos fruto de uma única raiz africana, que por meio de correntes migratórias ou mudanças geológicas ocuparam o velho mundo e o novo mundo. Afinal o que nos torna tão iguais e tão diferentes?

A respeito do pensamento decolonial, se for tomada a constituição pré-histórica como fonte de ocupação autóctone não faz sentido que ainda se tenha uma forte posição eurocêntrica sobre o pensamento americano por parte de muitos intelectuais. Neste sentido, a pretensão é iniciar essa reflexão, visto que as ocupações em solo americano pelo homem primitivo, fizeram do território ocupado seu local de cultura que o insere numa outra dinâmica histórico-social na qual o legitimou como “dono desta terra”, livre das amarras que sustentavam os reinos ibéricos. Assim, delinea-se a ocupação da América e reflete-se sobre o giro decolonial a partir de Sepé Tiaraju.

## **Metodologia**

Está pesquisa é de cunho qualitativo descritivo, na qual aborda questões subjetivas como meio de compreensão e interpretação de experiências/fenômenos. Sendo uma revisão de literatura com o levantamento de dados, a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas em livros e artigos científicos. Para tanto, foi realizada uma busca nas seguintes plataformas científicas: *Scientific Electronic Library Online - SciELO* e *Google Acadêmico Scholar*.

Seguimos as etapas para realização de revisão como orienta Gil (2008) com a escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes e por fim leitura do material e construção da escrita. Desta forma, foram selecionados os artigos: “Pensamento Latino-Americano e Pós-Colonial: o diálogo possível entre Darcy Ribeiro e Walter Mignolo”, “América Latina e o Giro Decolonial”, “Mito, Diversidade Cultural e Educação: notas sobre a Invisibilidade Guarani no Rio Grande do Sul e Algumas Estratégias Nativas de Superação”,

“Se Queres Ser Universal, Cante sua Aldeia (Leon Tolstoi)”, “O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a Cartografia a Serviço da Diplomacia”, entre outros para análise e discussão da temática proposta. Tendo como critério de seleção os artigos que se relacionassem a temática desta pesquisa, foram excluídos os que estavam fora do tema, bem como artigos em língua estrangeira. Neste contexto, para análise de dados seguimos o que orienta Minayo, quanto à análise de conteúdo: “[...] a análise de conteúdos pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação” (MINAYO, 2002, p. 75).

### **Ocupação do território sul-riograndense, giro decolonial e pós-colonialismo**

Com vistas à compreensão sobre o pensamento decolonial, retoma-se e reflete-se acerca da chegada dos europeus ao Continente Americano em 1492 com os espanhóis na América Central e, mais tarde, em 1500 com a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral na América do Sul em nome da coroa portuguesa.

Desta maneira, para excluir-se qualquer possibilidade de “descoberta” por parte do velho mundo, reflete-se a respeito do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, cujas coroas da Espanha e de Portugal, com o aval da Igreja Católica, definem a divisão das terras do que eles chamaram de “Novo Mundo”. Para isso, traçaram uma linha imaginária a partir de 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, pela qual as terras a leste eram portuguesas e as terras a oeste espanholas.

Diante deste quadro, se observa que havia terras no que hoje compreende-se como solo brasileiro, porém, não se tinha precisão acerca das dimensões continentais do território devido às tecnologias que se dispunha na época. Deste modo, reforça-se que os países ibéricos tinham grande conhecimento sobre navegação e recursos tecnológicos para não se perderem em rotas marítimas, ou seja sabiam muito bem onde chegaram o que desejam, pondera-se neste sentido sobre a importância de Pero Vaz de Caminha ao fazer o relato ao rei de Portugal sobre o que avistara em terras brasileiras (GARCIA, 2010).

Compreende-se que a esquadra de Cabral sabia muito bem

aonde chegaria e que o governo português tinha conhecimento acerca das riquezas saqueadas “descobertas” na América Central pela coroa espanhola. Assim, almejava também encontrá-las em seus domínios, por isso seria necessário legitimar a ocupação e a exploração das novas terras e dos povos autóctones em nome da coroa portuguesa.

Por conseguinte, a ocupação do homem primitivo na América e a política portuguesa e espanhola de exploração da região americana, reflete-se em relação ao giro decolonial e ao pós-colonialismo. Foi a partir da metade do século XX que aconteceram processos de descolonização do chamado “Terceiro Mundo”. Este tempo histórico refere-se à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo neocolonialismo e imperialismo, incluiu-se também os continentes asiático e africano. Neste sentido reflete-se a respeito do gesto decolonial em Icle e Haas:

O gesto decolonial, portanto, está relacionado com pensamentos e práticas que rompem com a colonialidade do saber e do poder, contribuindo para a emergência de falas e saberes locais: indígenas, mestiços, femininos, africanos, camponeses etc. A opção decolonial põe em xeque as ideologias totalitárias da modernidade, por meio de uma lógica anti-universalista e anti-homogeneizadora, que afirma outro-modo ou modo-outro de vida, sempre em processo de fazer-se e refazer-se. (ICLE; HAAS, 2019, p. 98).

O giro decolonial faz alusão, também, a um conjunto de contribuições teóricas originárias de estudos literários e culturais de algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Já o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político foi reforçado pelo movimento *Subaltern Studies*. O Grupo de Estudos Subalternos formou-se no sul asiático na década de 1970. Em diálogo com este grupo, Walter D. Mignolo, Anibal Quijano e outros estudiosos vindos da América Latina assumem o desafio epistemológico do giro decolonial, que para Miglievich-Ribeiro: “[...] exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical a crítica realizada à modernidade eurocêntrica-setentrional” (2014, p. 72), surgindo, então, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Segundo Mignolo:

A pós-colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do sistema mundial moderno e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geohistóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: 1. a crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; 2. a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo; o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto ‘alteridade’) e estudos de área (como objetificação do “Terceiro Mundo”, enquanto produtor de culturas, mas não de saber) (MIGNOLO, 2003, p. 136-137).

O Grupo Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, tiveram seus primeiros encontros em 1998 após o grupo latino ter findado por conta de divergências teóricas. O objetivo deste grupo era atualizar a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferecer releituras históricas e problematizar velhas e novas questões para o continente. De acordo com Ballestrin (2013, p. 8), o grupo “Defende a opção decolonial – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”.

Desta forma, percebe-se que “Embora a reflexão sobre o giro epistêmico decolonial seja recente, a prática epistêmica decolonial surgiu “naturalmente” como resultado da formação e implementação da matriz colonial de poder” (MIGNOLO, 2008, p. 28). Após a chegada dos portugueses (da esquadra portuguesa) em terras ameríndias, que se divide em dois grandes grupos os tupis-guarani e os tapuias, o escrivão Pero Vaz de Caminha narra ao rei de Portugal tudo que havia avistado em solo e suas possíveis riquezas. A esquadra portuguesa de Cabral segue o caminho da rota às Índias, que até então era o ponto central para o governo português, com as especiarias orientais e economicamente viáveis aos interesses dos lusitanos.

O Tratado de Tordesilhas legitima a divisão das terras entre as coroas ibéricas com a tutela da Igreja Católica. O que se observa no

domínio espanhol e português situa-se no campo do genocídio, seja pela exploração das riquezas desses povos, seja a partir das doenças e males trazidos pelos europeus. Em Freyre “Superioridade que os triunfantes não raras vezes atentaram contra vencidos, mandando amarrá-los à boca de peças de artilharia que, disparando, “semeavam a grandes distâncias os membros dilacerados”, ou infringindo-lhes suplícios adaptados dos clássicos às condições agrestes da América”. (FREYRE, 1990, p.186).

Os povos autóctones que ocupam essas terras tiveram sua etnografia ceifada a partir do olhar e da construção histórico social europeia e que pretendia com a ocupação das terras exercer uma política mercantilista e monopolista frente aos povos que habitavam a América com um único interesse que era a exploração econômica.

### **Os povos autóctones da bacia platina**

Os povos aos quais esta escrita se dirige estão localizados na bacia Platina, região que compreende o atual estado do Rio Grande do Sul, República Oriental do Uruguai, República da Argentina e República do Paraguai.

Destaca-se que dentre os povos que ocupavam essa região sem fronteiras políticas viviam os guaranis, os tapes, os arachanes, os carijós, os pampeanos, os charruas, os guenoas, os minuanos, os chanás, os iarós, os mbohanes, os kaingangs, os coroados, os ibijaras, os gualachos, os botocudos (MOURE,1994). Esses são alguns dos povos autóctones que migravam pela região considerando suas especificidades culturais e ainda os conflitos bélicos que havia entre os mesmos pela disputa local. É importante situar que esses povos possuem particularidades culturais em relação a caça, coleta, pesca, poligamia, antropofagia e produção de artefatos. Segundo Tavares (1999, p. 49): “A civilização dos povos indígenas na Argentina, no Brasil, Paraguay e Uruguay, constitui uma admirável tentativa de ocidentalizar autóctones americanos, especificamente os guaranis, sem prejuízo da sua identidade étnica e cultural”. Para Mignolo (2007, p. 29): “Nenhum dos que defendeu os povos indígenas no século XVI, nem aqueles que se manifestaram contra a escravidão no século XVIII chegaram a pensar a partir do espaço e das experiências da ferida colonial inflada aos índios e negros”.

A região Platina estava sob o controle de aventureiros que escoavam pelo Rio da Prata o contrabando de metais preciosos dessas regiões. A região da bacia Platina não despertou interesse da coroa espanhola, uma vez que fazia o escoamento da prata peruana saqueada dos povos nativos a partir da América Central e do Oceano Pacífico.

Neste sentido, no século XVI a coroa espanhola volta sua atenção para a região Platina tendo em vista o intenso comércio que se fazia naquela área e desta forma busca assegurar a arrecadação de impostos para si. Com a ocupação e intensificação do comércio na bacia Platina os espanhóis despertam o interesse da burguesia lusitana devido a possibilidade deles também obterem lucros com o forte comércio que se fazia na região (GARCIA, 2010).

Neste contexto, vigorava o Tratado de Tordesilhas, embora os interesses lusitanos fizessem os burgueses o ignorarem e fazerem uso do princípio do *uti possidetis*, pois assim legitimavam a penetração e ocupação da região. Conforme Mignolo (2007, p.41): “As divisões imperiais/nacionais são deixadas nuas quando vistas das consequências da lógica da colonialidade: lutas imperiais sobre bens humano”. Em Ferreira (2007, p. 427): “Admitia-se assim um novo princípio regulador da posse da terra, o *uti possidetis*, que em sua tradução literal significa tal como possuiis: o direito respeita a posse, ou seja, a ocupação efetiva da terra”.

Enquanto a região Platina vivia o contexto de exploração e saques, em solo europeu observa-se acontecimentos que irão modificar a geopolítica da América tida como portuguesa e espanhola. A coroa portuguesa irá, no ano de 1578, perder o rei D. Sebastião I, que morre. O cargo é ocupado por seu tio-avô, o cardeal D. Henrique que acaba deixando o trono vago em 1580 por morte.

Neste contexto, trágico aos portugueses, o rei da Espanha, Filipe II, parente próximo do rei falecido, se apresenta para ocupar o trono português. Com um acordo realizado entre a burguesia lusitana, a nobreza e o clero, Filipe II, obtém o trono português em 1580, sob o título de Filipe I, rei de Portugal, dando início a União Ibérica ou Domínio Espanhol, que se estende de 1580 até 1640 (MOURE, 1994).

Neste período, o Tratado de Tordesilhas é rompido e é dada concessão à burguesia lusitana de comercializar escravizados negros em terras espanholas e também a concessão de *asientos* na região

platina. Neste ínterim, os comerciantes espanhóis na região se impõem e exigem da coroa a não renovação dos *asientos* aos portugueses na região. Enquanto durou a União Ibérica esses comerciantes se mantiveram na região, mas logo após seu fim se desfizeram de suas propriedades e deixaram a bacia platina.

Diante desses acontecimentos históricos, os jesuítas, em 1626, se deslocam para a região do Tape, na bacia do Jacuí, com o objetivo de fundar as reduções jesuíticas como dilatação das reduções do Paraguai dos Trinta Povos das Missões, trazendo consigo grande número de cabeças de gado.

Por volta de 1640, com as incursões dos bandeirantes e das entradas nas reduções jesuíticas a fim de apresar índios para serem vendidos como mão de obra escravizada, os jesuítas abandonaram a região e se deslocaram para o outro lado do rio Uruguai, deixando no atual Rio Grande do Sul uma imensa reserva de gado que será conhecida como Vacaria *Del Mar*, uma vez que havia gado do oeste ao leste do estado (MOURE, 1994).

No ano de 1682, os jesuítas retornam ao RS, fundaram os Sete Povos das Missões e iniciaram a preia do gado xucro formando reservas de animais na chamada Vacaria ou campos de Vacaria.

Devido aos Sete Povos das Missões ser uma zona economicamente rica e constituindo uma ameaça à coroa, em 1750, é colocado em pauta o Tratado de Madri e, no ano de 1759, a Companhia dos Jesuítas é expulsa das terras do reino. Em Mignolo (2007, p. 44): “A força e a energia do pensamento decolonial estavam sempre ‘lá’, na exterioridade, no que era negado pelo pensamento imperial/colonial.”

Com o fim da União Ibérica e expulsos da região platina, os portugueses fundam, em 1680, na margem esquerda do rio Uruguai, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Em contrapartida, os espanhóis fundaram os Sete Povos das Missões na chamada segunda fase das reduções jesuíticas na região da banda oriental do rio Uruguai.

A organização econômica nas reduções e a sua autonomia política na região, gerou conflitos junto a Roma e ao governo espanhol que temia a constituição de um “Estado dentro do Estado”. Sobre isso Pesavento (1982, p.12) escreve: “Os Sete Povos tornaram-se importantes centros econômicos, onde além de erva-mate e criação de gado, realizavam-se trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, ofício

vários e trabalhos artísticos com destaque na arquitetura e escultura”.

A partir deste quadro ideológico, político e econômico, compreende-se a assinatura do Tratado de Madri entre as coroas de Portugal e Espanha que determina aos padres jesuítas e aos índios dos Sete Povos que abandonem a região uma vez que as terras passam a pertencer à coroa portuguesa e em contrapartida é dado a Colônia do Sacramento à coroa espanhola. Neste sentido, escreve Tavares:

A experiência missioneira teve profunda repercussão no pensamento moderno, Malgrado inimigos dos jesuítas, Voltaire, d'Alembert e Montesquieu elogiaram as missões guaranis. Voltaire as considerou um triunfo da humanidade. Montesquieu comparou o sistema missioneiro à República de Platão. Aliás, as utopias de Platão e Tomás Morus são às vezes apontadas como o modelo do sistema missioneiro. (TAVARES,1999, p. 63-64).

O Tratado de Madri de 1750 será estopim para o conflito político que dará origem na região missioneira a Guerra Guaranítica, uma vez que os indígenas sob o comando do cacique Sepé Tiaraju irão se opor ao tratado, tendo como princípio que as terras dos Sete Povos tinham dono e não caberia as coroas da Espanha e de Portugal decidir sobre os rumos dos missioneiros.

Diante disso Sepé Tiaraju, cacique guarani/missioneiro, gira em torno do mito e, principalmente, no ideal de líder que suscita a revolta diante dos mandos do Tratado de Madri, com autonomia intelectual para pensar sua existência e de seu povo declara “essa terra tem dono!”. Conforme Brum e Jesus (2015, p.206), “[...] a Sepé Tiaraju põem em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais sulinas”. Neste sentido, destaca-se a Guerra Guaranítica que irá consagrar a magnitude que o cacique Sepé Tiaraju representa ao povo guarani e ao povo missioneiro que ainda vive em aldeias próximas ao sítio arqueológico de São Miguel no Rio Grande do Sul. Conforme Baioto et al:

A Batalha de Caiboaté dignificou-se na memória do guarani-missioneiro, pois produziu o primeiro herói indígena, Sepé Tiaraju, o qual ultrapassou os limites daquele fato histórico e se transformou num mito. Sua morte virou uma lenda guardada e

reconstituída no imaginário coletivo popular do indígena, a lenda “lunar de Sepé”. (BAIOTO et al., 2006, p.22).

Reflete-se acerca das coroas ibéricas que decidem retirar os indígenas e padres de suas terras, pois temiam que a magnitude em que se alicerçará as reduções/missões poderia colocar em risco o domínio/poder monárquico da Espanha e de Portugal. Em Brum e Jesus “A representação de sua figura abrange conjuntamente o Sepé guerreiro e o líder político, um estadista indígena que não se dobra aos caprichos dos comandantes “estrangeiros” ibéricos, representados como usurpadores, invasores, na sua ótica nativista” (BRUM; JESUS, 2015, p. 208).

É importante pensar que o papel desenvolvido nas reduções, com a evangelização a partir da Companhia de Jesus, era outro fator, pois temia-se a criação de um estado teocrático, dentro dos domínios das coroas ibéricas.

Evidencia-se que, sob o ponto de vista econômico, a redução mantinha produção para consumo interno e também exportava para a região de Buenos Aires e região das Minas Gerais onde os portugueses haviam estabelecido a exploração de ouro no interior do Brasil.

Busca-se assim compreender o “Giro decolonial”, como termo originado de Nelson Maldonado-Torres em 2005, cujo significado, à lógica da modernidade/colonialidade, seria um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico. De acordo com Tavares (1999, p.49): “As missões guaranis, de forma concreta e eloquente, a busão colonialista de que os índios seriam incapazes para a vida sedentária e formas superiores de civilização, argumento esgrimido para escravizá-los ou exterminá-los”. Acredita-se que Sepé Tiaraju exerce o giro decolonial, tendo em vista a ruptura criada com as coroas europeias. E o desfecho da batalha do Caiboaté, que em que herói missioneiro morre em defesa do povo guarani.

### **O giro decolonial e Wama Pomam de Ayala**

Estudar o giro decolonial é compreender primeiramente o pós-colonialismo. A partir da metade do século XX, aconteceram processos de descolonização do chamado “Terceiro Mundo”, este tempo

histórico refere-se à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo, incluindo-se os continentes asiático e africano. O giro decolonial faz alusão, também, a um conjunto de contribuições teóricas originárias de estudos literários e culturais de algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Segundo Mignolo:

A pós-colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do sistema mundial moderno e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geohistóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: 1. a crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; 2. a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo; o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto ‘alteridade’) e estudos de área (como objetificação do “Terceiro Mundo”, enquanto produtor de culturas, mas não de saber) (2003, p. 136-137).

O pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político foi reforçado por meio do movimento *subaltern studies*. O Grupo de Estudos Subalternos formou-se no sul asiático na década de 1970. Em diálogo com este grupo, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e outros estudiosos vindos da América Latina assumem o desafio epistemológico do giro decolonial que para Miglievich-Ribeiro “exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical a crítica realizada à modernidade eurocêntrica-setentrional (2014, p. 72), surgindo, então, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos.

O Grupo Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, tiveram seus primeiros encontros em 1998 após o grupo latino ter findado por conta de divergências teóricas. O objetivo deste grupo é atualizar a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferecer

releituras históricas e problematizar velhas e novas questões para o continente. De acordo com Ballestrin (2013, p. 8), o grupo “Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”.

Giro decolonial é um termo originado de Nelson Maldonado-Torres em 2005, cujo significado, à lógica da modernidade/colonialidade, seria um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico.

Cobra-se, portanto, dos cientistas sociais nova postura sob responsabilidade científica e ética para se fazer uma releitura das construções discursivas que delinearão o pensamento ocidental. Para Ballestrin (2013, p. 20) “[...] a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo mainstream do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder”.

A decolonialidade surge como terceiro elemento da tríade Modernidade/colonialidade/decolonialidade latino-americana. Para Mignolo, “a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento de-colonial em marcha” (MIGNOLO, 2008, p. 249). A partir disso, pode-se considerar Wama Pomam de Ayala – do vice-reinado peruano que enviou ao rei Felipe III em 1616 sua *Nueva crónica y buen gobierno* – e Otabbah Cugoano – um escravo liberto que publicou em Londres, em 1787, *Thoughts and sentiments on the evil of slavery* – como os primeiros autores de tratados políticos decoloniais, que não usufruem o mesmo prestígio daqueles escritos por Hobbes, Locke ou Rousseau. De acordo com Mignolo:

Colonialidade e descolonialidade introduzem uma fratura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como projetos no meio do caminho entre o pensamento pós-moderno francês de Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida e quem é reconhecido como a base do cânone pós-colonial: Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabba. A descolonialidade – em contrapartida – arranca de outras fontes. Desde a marca descolonial implícita na *Nueva Crónica y Buen Gobierno* de Guamán Poma de Ayala; no tratado político de Otabbah Cugoano; no ativismo e crítica decolonial de Mahatma Ghandi;

na fratura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes, no trabalho de José Carlos Mariátegui; na política radical, o giro epistemológico de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros (MIGNOLO, 2010, p. 14-15).

Felipe Guaman Poma de Ayala, índio andino, nascido na região hoje denominada Peru, escreveu o livro *Nueva corónica y buena Gobierno*. A obra foi dirigida ao Rei da Espanha. Os objetivos eram oferecer uma outra versão da história da conquista, contrapondo com a versão dos cronistas espanhóis, apresentar as culturas nativas, defender (defendendo) a humanidade dos indígenas e sugerir o que poderia ser um bom governo.

Poma de Ayala era conhecedor de várias línguas locais, dando a ele a oportunidade de trabalhar como tradutor e intérprete da Inquisição. A partir disso, começou a compreender a intenção dos conquistadores e suas estratégias de dominação. Decidiu, então, intervir a favor da população indígena dos Andes.

Ao longo de sua vida, reuniu relatos de vida dos povos da região andina, suas próprias histórias e de sua família. Assim, por volta de seus oitenta anos, conseguiu finalizar a obra. Nesta linha, De Carvalho (2017, p. 7) sugere que o cronista indígena: “Viu e ouviu vários relatos de: estupros, abusos sexuais, castigos, agressões físicas, torturas, agressões psicológicas, trabalhos forçados e não remunerados, confinamentos, roubos, expropriações e assassinatos”.

Neste escopo, reflete-se sobre a ocupação do solo americano e sua dinâmica antes da exploração europeia e não podemos compreender ou anular toda a história construída pelos povos autóctones que aqui viviam e, menos ainda, valorizar a matriz eurocêntrica como sendo a forma idealizada de pensar, viver e a relação sobre o tempo e o espaço. “A opção pela decolonialidade significa proporcionar um avanço no processo de descentralização e desprendimento das bases hegemônicas do pensar” (LIMA; KOSOP, 2019, p. 2607).

Desta forma, percebemos que Sepé Tiaraju encarna o giro decolonial uma vez que rompe com o dogmatismo europeu. De acordo com Brum e Jesus, (2015, p. 207): “Ao ser erigido como herói gaúcho e brasileiro, Sepé é exaltado como símbolo da luta pela terra. Suas identidades liminares de guarani missioneiro não estão mais sendo

questionadas, bem como o caráter de sua luta.”

Neste sentido vislumbrando o grande feito político, econômico intelectual que Sepé Tiaraju lança sob os mandos e desmandos dos reinos ibéricos. Em conformidade com Tavares (1999, p. 64): “Passados dois séculos e meio de sua destruição, a civilização missioneira ainda suscita o interesse dos homens - seduzidos uns e exasperados outros - pelo seu ardente sonho de igualdade fraternal.”.

### **Considerações Finais**

Ao se refletir a respeito da ocupação do solo americano pelos povos alóctone ou ainda sob o viés de ocupação autóctone dos povos que aqui viviam compreende-se que havia um conjunto histórico cultural que alicerçava a história de homens e mulheres que viveram neste solo antes da chegada da esquadra de Colombo e Cabral. Desta forma compreende-se a importância do pensamento decolonial e/ou giro decolonial no qual concebe-se uma forma de pensar o mundo e a vida a partir de paradigmas que estão para além da lógica eurocêntrica de mundo e de homem.

Neste sentido buscamos construir nossa escrita de uma forma que conduzisse a leitura pelo passeio da ocupação da América e os tratados que se construíram a partir de interesses hegemônicos, que se colocaram de forma vertical sob a história dos povos que habitavam e habitam o solo americano.

Sendo assim importante ao leitor que possa refletir sobre o desenvolvimento geo-político, ideológico, econômico, religioso e cultural em que viviam os povos nativos e ainda a autonomia intelectual que habitava o espaço e o tempo dos povos primitivos da Bacia Platina.

Sendo necessário refletir acerca dos dogmatismos que sustentam a compreensão sobre o homem americano, e sua autonomia intelectual frente ao pensamento europeu ou de qualquer parte da Terra.

Pensarmos como os sujeitos que ocupam os espaços e os tempos pensavam e se organizam nas relações histórico-sociais que se montam e se desmontam é de suma importância para que possamos compreender o desenvolvimento desses povos. Sendo necessário reforçar no discurso americano que somos e temos condições de

construirmos uma história alicerçada na e a partir de nossos referenciais epistêmicos.

Não existe cultura melhor ou pior, existem homens e mulheres que se constroem e se reconstroem nas dinâmicas do tempo e do espaço, e nesta dinâmica vislumbramos a importância de Sepé Tiaraju ao povo guarani e o legado deixado ao povo gaúcho.

Por fim, precisamos permitir que o protagonismo do cacique Sepé Tiaraju sobressai do imaginário e se imponha no real, não podemos viver sob a tutelar de concepções eurocêntricas ou quiçá de qualquer outro povo que não seja o nosso. Desta forma, pensamos o que Tolstoi propõe “se queres ser universal cante sua aldeia” (DE CARVALHO, 2017, p.1), assim o fez Sepé quando impôs a vontade de seu povo sobre as duas maiores potências políticas e econômicas do período. Que possamos aprender com esse índio que ainda tem muito a nos ensinar sobre a defesa e os ideais que dignificam o ser homem e o ser uma mulher.

## Referências

BAIOTO, Antonio Rafael; QUEVEDO, Ceres Karam Brum Júlio; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sepé Tiaraju muito além da lenda**. Porto Alegre/RS: Comunicação Impressa, 2006.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BRUM, Ceres Karam; JESUS, Suzana Cavalheiro de. Mito, diversidade cultural e educação. notas sobre a invisibilidade guarani no Rio Grande do Sul e algumas estratégias nativas de superação. **Horizontes Antropológicos**, n. 44, p. 201-227, 2015.

DE CARVALHO, Maurício. Se queres ser universal, cante sua aldeia (Leon Tolstoi). **Revista Médica da UFPR**, v. 3, n. 4, 2017.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História**, v. 23, n. 37, p. 51-69, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 20 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **História do Povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

ICLE, Gilberto; HAAS, Marta. Gesto decolonial como pedagogia: práticas teatrais no Brasil e no Peru. **Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 3, n. 36, p. 096-115, 2019.

LIMA, José Edmilson De Souza; KOSOP, Roberto José Covaia. Giro Decolonial e o Direito: Para Além de Amarras Coloniais. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 4, p. 2596-2619, 2019.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 66-80, abr. 2014. ISSN 1984-7289. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181>. Acesso em: 25 maio 2020.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. Pensamento latino-americano e pós-colonial: o diálogo possível entre Darcy Ribeiro e Walter Mignolo. **36º Encontro Anual da Anpocs. GT26 – Pensamento social latino-americano**. Águas de Lindoia, 2012.

MIGNOLO, Walter. “**La opción decolonial**: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso”. Tabula Rasa, n.8, p. 243-282, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MOURE, Telmo Remião. **História do Rio Grande do Sul**. São Paulo:FTD,1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1982.

TAVARES, Eduardo. **Missões**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.